



CENTRO DE INCLUSÃO SOCIAL

PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BAIRRO BOA VISTA

Acadêmica: Manoela Fernandes Coelho

Orientadora: Aline Eyng Savi



CENTRO DE INCLUSÃO SOCIAL

PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO BAIRRO BOA VISTA

Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC
Curso de Arquitetura e Urbanismo
Pré-Banca de Trabalho de Conclusão de Curso

Acadêmica: Manoela Fernandes Coelho
Orientadora: Aline Eyng Savi

TEMA

Arquitetura Social

PALAVRAS-CHAVE

Inclusão Social, Vulnerabilidade Social, Desigualdade Social
Exclusão Social, Criança, Adolescente,

SUMÁRIO

- 03** INTRODUÇÃO
- 13** FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA
- 21** CONTEXTUALIZAÇÃO
- 47** REFERÊNCIAS PROJETOAIS
- 59** PARTIDO ARQUITETÔNICO
- 79** CONSIDERAÇÕES FINAIS
- 81** REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

O Brasil é um dos países com maior desigualdade social do mundo. Essa grande desigualdade afeta principalmente, a população das áreas mais periféricas das cidades, que convivem diariamente com problemas de violência, falta de infraestrutura, desemprego, pobreza, etc. Essa precariedade de vida da população, afeta ainda mais as crianças e os adolescentes, que enfrentam também problemas como evasão escolar, gravidez precoce, envolvimento com drogas, etc. Na cidade de Criciúma, a população mais atingida por esses problemas, são as que vivem nos bairros afastados do centro da cidade, onde a desigualdade social existente no país pode ser percebida de forma bastante clara.

Diante desse quadro, uma das formas de auxiliar a população que sofre com a desigualdade social, é através da assistência social e portanto, o trabalho propõe um Centro de Inclusão Social para Crianças e Adolescentes. Esse Centro será implantado no bairro Boa Vista, objetivando o desenvolvimento pleno das crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social, através da promoção de diversas atividades no âmbito da educação, do esporte e da assistência social, visando a sustentabilidade, a autonomia e o empoderamento do público alvo.

Sendo assim, o trabalho a seguir estrutura-se da seguinte forma: no Capítulo 1, é apresentada a problemática e a justificativa do tema, bem como os objetivos que deverão ser alcançados com o trabalho e a metodologia para desenvolvê-lo. No Capítulo 2, é apresentada a fundamentação teórica, enquanto no Capítulo 3, são apresentadas as análises urbanas, juntamente com a definição do recorte e seus condicionantes. O Capítulo 4 apresenta o partido arquitetônico e trará além do lançamento inicial da proposta, dos estudos de referenciais arquitetônicos, e das diretrizes e intenções projetuais adotadas. O último capítulo apresentará as considerações finais e as referências bibliográficas utilizadas para o desenvolvimento do trabalho.

UM

INTRODUÇÃO

PROBLEMÁTICA

Segundo o Portal Sua Escola (2017), a desigualdade social é um problema presente em diversos países do mundo, principalmente nos chamados subdesenvolvidos, como o Brasil. Ela pode ser entendida como a diferença de poder aquisitivo entre as classes econômicas e é resultante da má distribuição de renda, da falta de investimentos nas áreas sociais, culturais, saúde, educação, falta de oportunidades de trabalho, entre outros fatores, tendo como consequências a favelização, a pobreza, a miséria, o desemprego, a desnutrição, a marginalização, a violência, etc.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU) de 2010, o Brasil é o terceiro país com pior índice de desigualdade social do mundo, ficando atrás apenas de países africanos como a África do Sul e a Namíbia. Entre os países que constituem a América Latina, o Brasil é mais desigual que nações como a Argentina, a Costa Rica, a Venezuela e o Uruguai. Além disso, segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA) de 2010, cerca de 10% da população mais rica do Brasil detêm aproximadamente metade da renda total do país, enquanto os 50% mais pobres repartem entre si apenas 10% (PEREIRA, 2010).

Fazendo uma análise das desigualdades sociais dos estados brasileiros, segundo a Revista Exame (2016), Santa Catarina é um dos estados que apresenta menor índice de desigualdade social no país. No entanto, pode-se encontrar em todas as cidades do estado diversos problemas resultantes da grande desigualdade e exclusão social existente. Em Criciúma, nos bairros mais afastados do centro da cidade, problemas como ocupações em áreas de risco, habitações improvisadas, desestruturação do perímetro urbano, desemprego, aumento dos índices de violência e criminalidade, dificuldade de acesso à serviços básicos de saúde, transporte público, saneamento básico e educação, etc. são encontrados de forma recorrente.

Essa grande desigualdade acaba afetando toda a população, mas em especial as crianças e adolescentes, que devido a ingenuidade, dependência e influência dos mais velhos, além de enfrentarem os problemas antes citados, enfrentam outros como: alto índice de reprovação e evasão escolar, inserção precoce no mercado de trabalho e exploração do trabalho infantil, gravidez precoce, passagem abrupta da infância a vida adulta, oferta de integração ao consumo de drogas, ao uso de armas e ao

tráfico de drogas, entre outros. (SIERRA E MESQUITA, 2006). Para se ter uma ideia, no Brasil cerca de 50 milhões de crianças e adolescentes encontram-se em situação de pobreza e extrema pobreza, e ainda que Santa Catarina vá na contra-mão dos demais estados brasileiros e apresente melhores números, cerca de 50 mil crianças ainda encontram-se nesta faixa sendo suscetíveis a todos estes problemas. (FUNDAÇÃO ABRINQ, 2017)

Alguns programas e projetos com foco na criança e no adolescente foram criados pelo poder público com o objetivo de reduzir a desigualdade e a exclusão e promover a inclusão social. Segundo Pereira (2010, p.01), a exclusão social pode ser entendida como: "a ausência de meios de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade aos seus integrantes", enquanto o contrário, a inclusão social "está relacionada a criação de condições para que todos os indivíduos possam ter oportunidades iguais e usufruam dos bens e das riquezas geradas no âmbito do Estado-Nação". Entre os programas e projetos criados pode-se citar: o Bolsa-atleta, o programa ID jovem, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Bolsa Família, etc. Apesar destes serem os responsáveis por tirarem diversas crianças e adolescentes e suas famílias da linha da pobreza e de amenizarem nos últimos anos os índices de desigualdade do país, os mesmos ainda tem se mostrado insuficientes para resolver a maior parte dos problemas encontrados.

Frente a todas essas questões e a insuficiência das políticas públicas de combate à exclusão e desigualdade adotadas, Pereira (2010) diz que a exclusão social pode ser enfrentada através da educação e da geração de empregos, visto que estes são fatores imprescindíveis para a promoção da inclusão social, do crescimento pessoal e profissional e da cidadania. É sabido no entanto, que esta não é uma tarefa apenas do poder público, mas sim de toda a sociedade, que deve acolher os indivíduos excluídos, incentivando-os, gerando oportunidades e permitindo que os mesmos tornem-se cidadãos plenos. A arquitetura também pode auxiliar, ao pensar em projetos que vão além da habitação e da urbanização de áreas mais pobres, e que busquem o desenvolvimento das comunidades carentes como um todo.

JUSTIFICATIVA

Levando em consideração a problemática apresentada anteriormente, foi pensado como tema de TCC um Centro de Inclusão Social para Crianças e Adolescentes do bairro Boa Vista. Esse centro seria um equipamento público que teria como objetivo promover a sustentabilidade e a inclusão social através da implantação de um programa que busca o desenvolvimento de habilidades pessoais, profissionais e práticas esportivas, além de um trabalho interpessoal entre o público atendido e suas famílias.

A escolha pelo bairro Boa Vista para a implantação do Centro, se dá devido ao fato do mesmo ser um dos bairros mais vulneráveis socialmente na cidade de Criciúma, visto, que possui um dos menores índices de renda per capita do município, um maior número de famílias beneficiadas pelo bolsa família e também extensa área de Zona Especial de Interesse Social. Além disso, o mesmo possui um grande número de assentamentos precários e irregulares, com habitações de má qualidade. É possível observar também há ausência de equipamentos públicos como escolas e creches, as mesmas só existem nos bairros vizinhos e não são suficientes para atender toda a população, problemas recorrentes de violência e criminalidade, tráfico de drogas, entre outros.

Ainda que toda a população do bairro sofra com esses problemas, optou-se por trabalhar com as crianças e adolescentes por serem mais

suscetíveis a essas questões e também devido ao fato de os mesmos constituírem mais de 30% da população total do bairro.

Dessa forma, levando em conta os problemas apresentados, o Centro buscaria a promoção da inclusão e sustentabilidade social através da criação de 3 núcleos: um de aprendizado, outro de esporte e um núcleo assistencial. O núcleo de aprendizado seria voltado à prática do ensino, através de cursos livres, cursos profissionalizantes, oficinas e orientações educacionais. Seria uma forma de capacitar essas crianças e adolescentes para o mercado de trabalho, complementar e auxiliar o aprendizado escolar, bem como oferecer uma ocupação. O núcleo de esportes seria voltado ao desenvolvimento de atividades esportivas e de recreação. Isto porque a prática de esporte é uma importante ferramenta de inclusão social, que auxilia não só no desenvolvimento físico das crianças e dos adolescentes, mas também no seu desenvolvimento pessoal e social, podendo até chegar ao profissional. O núcleo assistencial seria composto por psicóloga e assistente social, e atenderiam não só as crianças e os adolescentes, mas também as famílias com amparo, orientação e prevenção. Desse modo, as crianças e adolescentes poderiam vir a frequentar o Centro no contra turno escolar, e a estrutura do local poderia ser disponibilizada a toda comunidade, quando não utilizada.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver o anteprojeto arquitetônico de um Centro de Inclusão Social para crianças e adolescentes do Bairro Boa Vista em Criciúma-SC, proporcionando acesso à educação, esporte e assistência social às crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

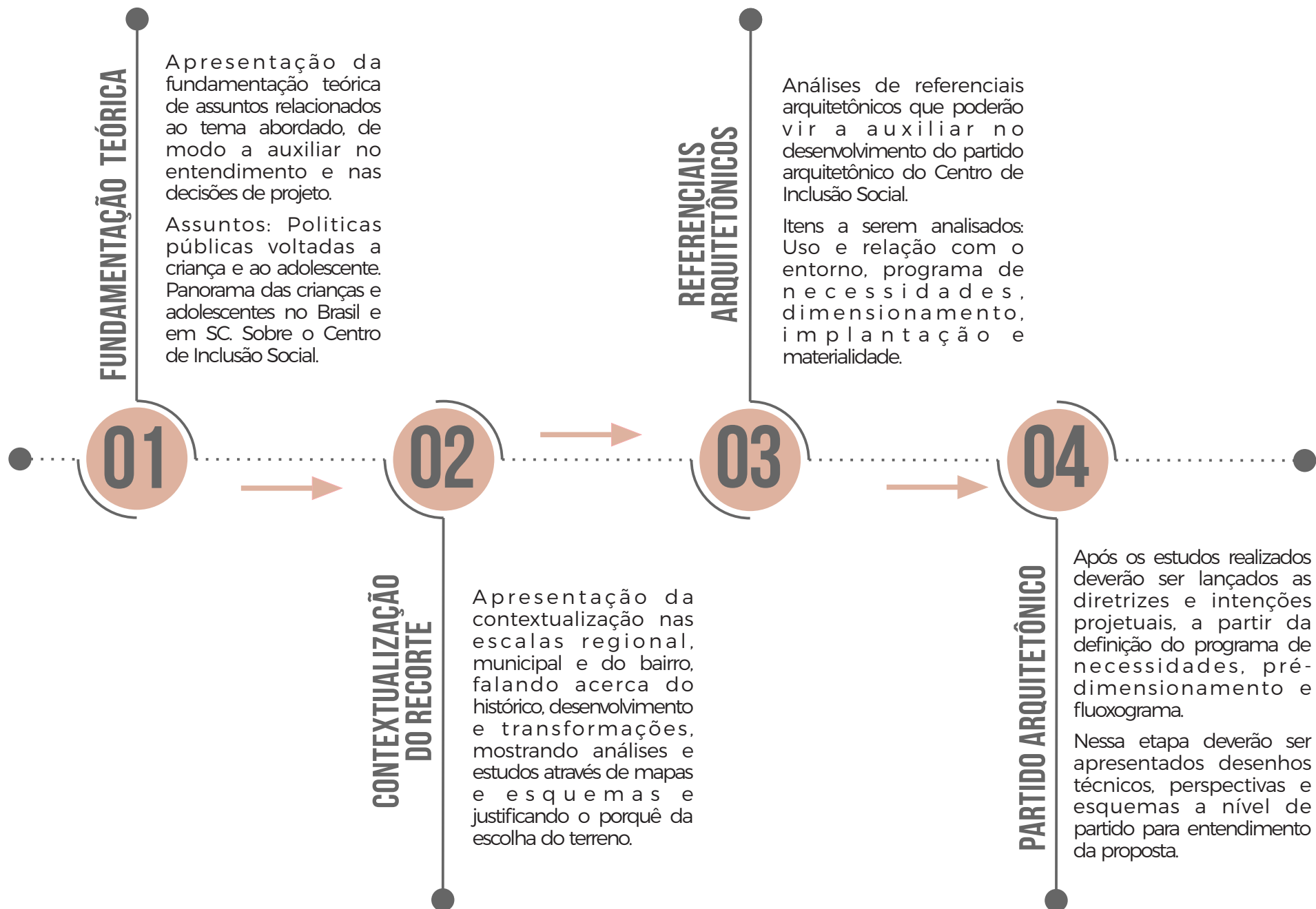
Fundamentar teoricamente a necessidade de um Centro de Inclusão Social para crianças e adolescentes no Bairro Progresso.

Levantar possíveis áreas para a implantação do Centro de inclusão social, e realizar análises e diagnósticos sobre seus condicionantes e entorno, afim de definir o recorte de projeto.

Estudar referenciais arquitetônicos que auxiliem na elaboração da etapa do partido arquitetônico, através da análise de conceitos, fluxos, usos, formas e materialidade.

Elaborar, considerando os levantamentos realizados, o partido arquitetônico do Centro de Inclusão Social para crianças e adolescentes do bairro progresso em TC-1 e desenvolvê-lo como anteprojeto em TC-2.

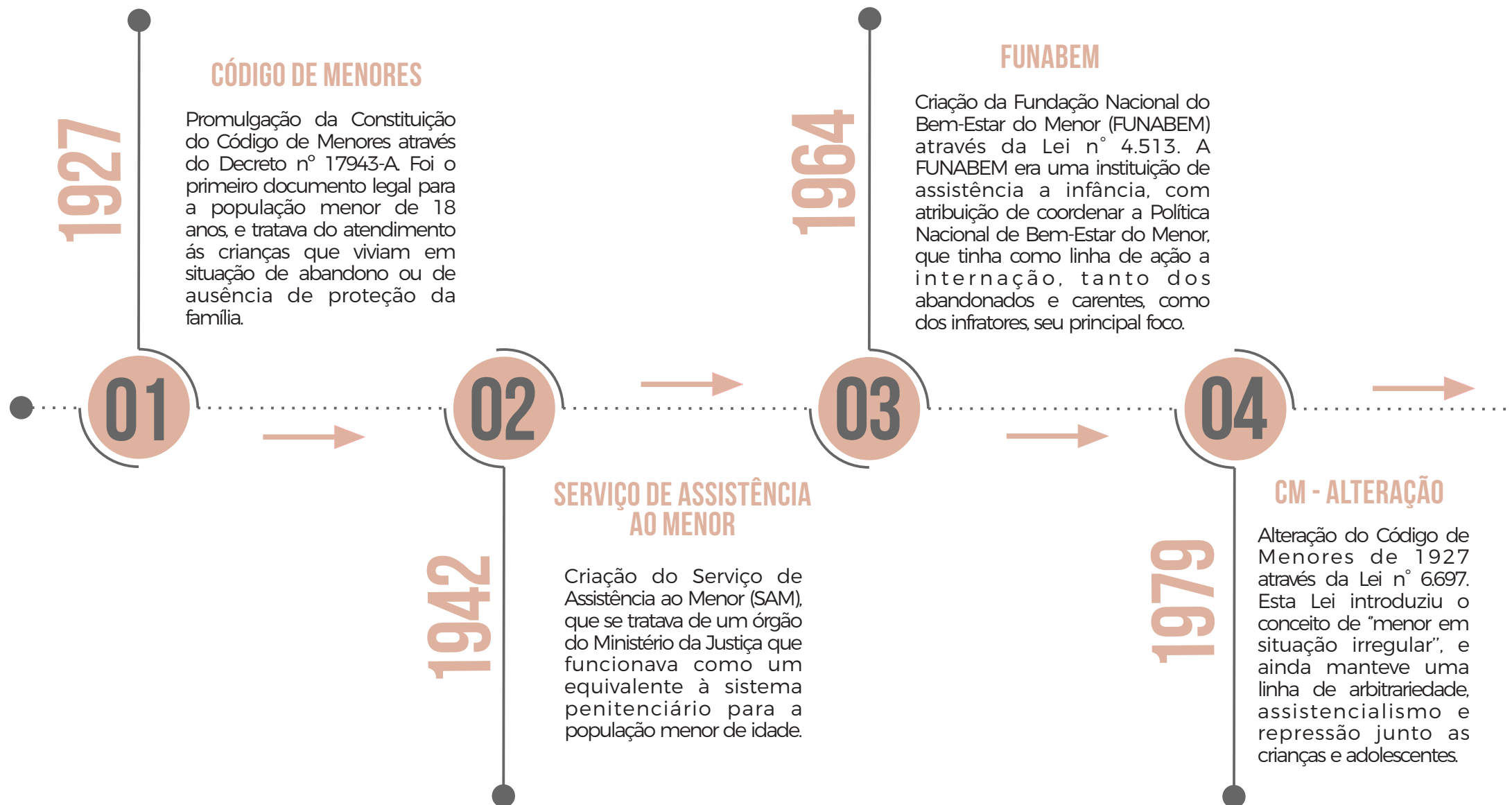
METODOLOGIA



2012

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

POLITICAS PUBLICAS VOLTADAS A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE



Percebe-se que as primeiras políticas públicas de intervenção para a Criança e ao Adolescente eram de repreensão, reclusão e exclusão, e buscavam esconder da sociedade as crianças e os adolescentes que se encontravam em situação de vulnerabilidade social e que eram tidas como indivíduos inferiores. Foi somente com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que a situação no Brasil mudou, e que os mesmos passaram a ser vistos como detentores de direitos e proteção, e não apenas como ameaças à segurança pública. (COSTA, 2012)

Com a criação do ECA e mais tarde com a aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social, um conjunto de programas, projetos e serviços foram criados pelo poder público para atender as necessidades das crianças e adolescentes, bem como oferecer proteção e defesa a seus direitos. Entre alguns destes podemos citar: O Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano, O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Programa Sentinela, etc. (COSTA, 2012)



PANORAMA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

SOBRE A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA

Antes de se falar sobre a infância e a adolescência é importante esclarecer que segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) a infância é o período que vai desde o nascimento até os 12 anos de idade, enquanto a adolescência é o período compreendido entre os 12 e os 18 anos.

Ambos são períodos do desenvolvimento humano marcados por profundas mudanças a nível físico, cognitivo e social, onde se dá a maior parte da construção da personalidade e do caráter de um indivíduo.

Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente garantir os direitos e a proteção das crianças e dos adolescentes e o poder público desenvolver diversos programas e ações voltados a essa população, os mesmos ainda estão expostos a diversas situações de risco e vulnerabilidade social no Brasil.

Antes de se falar sobre as vulnerabilidades que atingem as crianças e os adolescentes é importante definir o conceito de vulnerabilidade social. Segundo Ximenes (2010) a vulnerabilidade social diz respeito a uma condição de fragilidade material ou moral de indivíduos ou grupos diante de riscos produzidos pelo contexto econômico-social. Está relacionado a processos de exclusão social, discriminação e violação de direitos, em decorrência do seu nível de renda, educação, saúde, etc.

Sendo assim, entre as vulnerabilidades sociais a que estão dispostas as crianças e os adolescentes, podemos citar: os riscos relacionados às dinâmicas familiares, como problemas de alcoolismo e conflito entre casais que submetem a criança a testemunhar situações de ofensas e agressões. Além disso há também os problemas de violência contra a própria criança, abuso sexual, traumas, carências afetivas, etc. Os riscos relacionados ao local de moradia, que incluem a falta de equipamentos, a falta de serviços públicos, a falta de

espaços de cultura e lazer, as relações de vizinhança e a proximidade com os pontos de venda controlados pelo tráfico de drogas. Os riscos relacionados ao trabalho infantil, visto que muitas crianças trabalham na informalidade, sendo em muitos casos exploradas pela própria família. Os riscos relacionados a prostituição, já que muitas crianças e adolescentes acabam se prostituindo por dinheiro. (SIERRA E MESQUITA, 2006). Além disso, a personalidade e o comportamento principalmente dos adolescentes, que estão em uma fase de profundas mudanças, pode torná-los mais vulneráveis aos riscos de gravidez precoce, envolvimento com o roubo, uso de drogas, e consumo de álcool. (FONSECA, et al., 2013).

Esses problemas enfrentados, acabam influenciando a formação da personalidade e do caráter das crianças e dos adolescentes que acabam crescendo e se tornando sujeitos passivos, com a autoestima consideravelmente comprometida. Os mesmos acabam por assimilar como atributos negativos pessoais as falhas próprias de sua condição histórico-social. De forma circular e quase inevitável, este ciclo se instala reforçando-se a condição de miséria, não só no nível material, como no nível afetivo. As pessoas, desde muito jovens, percebem-se como inferiores, incapazes, desvalorizadas, sem o reconhecimento social mínimo que as faça crer em seu próprio potencial como ser humano. (PEREIRA, 2009)

SOBRE O CENTRO DE INCLUSÃO SOCIAL

ATENDIMENTO SÓCIO EDUCATIVO EM MEIO ABERTO

Segundo o Artigo 90, do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) entende-se como Atendimento Sócio-Educativo em meio aberto, todos os serviços sociais e/ou educativos voltados a criança e ao adolescente em estado de vulnerabilidade, vínculos familiares fragilizados ou conflituosos, violados em seus direitos fundamentais, que são oferecidos de forma aberta, ou seja, em oposição a internação e ao abrigo, em horário complementar a escola, com ampla participação da comunidade e das famílias. (ASSIS, 2007)

É importante esclarecer, que como o ECA só menciona esse tipo de atendimento e fornece diretrizes para o seu funcionamento, alguns autores acabam interpretando o seu conceito de forma errônea, e restringindo esse tipo de atendimento as crianças e adolescentes que se encontram em conflito com a lei e com a prática de ato infracional, o que é equivocado, visto que uma das características deste tipo de atendimento é justamente a de prevenção. (ASSIS, 2007)

Dessa forma, além de prevenção, o Atendimento Sócio-Educativo em meio aberto abrange outros tipos de ações, que podem ser: reforço escolar, preparação para o trabalho, esporte, atividades artísticas-culturais, educação para a saúde, para o meio-ambiente, para a cidadania, entre outras, sempre de forma complementar a família e a escola. (ASSIS, 2007)

Esse tipo de atendimento tornou-se relevante no Brasil devido a inexistência e também a ineficiência de políticas públicas de apoio a família, e a precariedade do ensino ofertado nas escolas, ao atuar na retaguarda para evitar que grande parte da população fique exposta às chamadas situações de risco pessoal e social. (ASSIS, 2007)

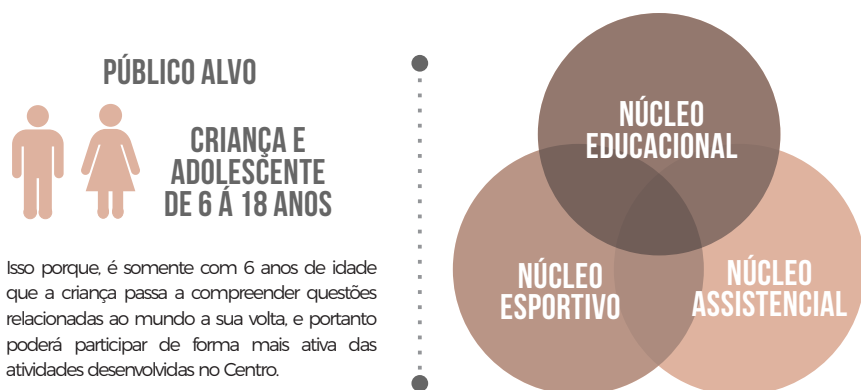
Em Criciúma, A associação Abadeus, se enquadra nessa política de atendimento, ao ofertar projetos e programas que tem como principais objetivos contribuir para construção da cidadania das pessoas atendidas juntamente com as suas famílias, bem como fortalece-las como agentes transformadores da condição sócio-econômica em que se encontram.



O Centro de Inclusão Social a ser proposto para as crianças e adolescentes do Bairro Boa Vista, também se enquadra nessa política de atendimento seguindo as diretrizes do ECA.

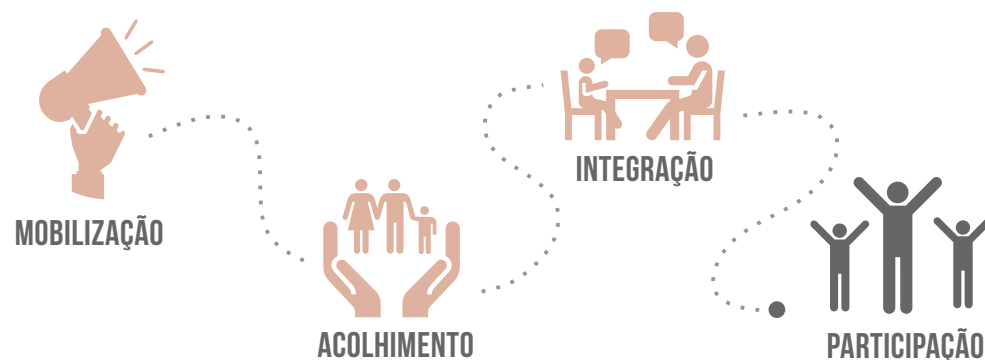
A PROPOSTA DO CENTRO DE INCLUSÃO SOCIAL NO BAIRRO BOA VISTA

O Centro de inclusão social proposto, será, portanto, um equipamento de caráter público, de atendimento sócio-educativo em meio-aberto, que visará a promoção da inclusão social de crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos que se encontram nessa situação devido principalmente a fatores socioeconômicos. Organizado em três núcleos, um núcleo educacional que ofertará atividades de caráter educacional complementares aquelas oferecidas no âmbito escolar, um núcleo esportivo que ofertará atividades de caráter esportivo, e um núcleo assistencial, que oferecerá atividades de suporte, apoio e prevenção, não só ao público alvo, mas também às suas famílias, o espaço terá como objetivo a busca pela autonomia e empoderamento social.



Com funcionamento no contra turno escolar, ou seja, a criança e o adolescente passará a frequentar o espaço no horário em que não estiver na escola, as atividades desenvolvidas no centro irão variar conforme determinado período de tempo, e poderão ser sugeridas e posteriormente, escolhidas pelas próprias crianças e adolescentes, de modo a incentivar a participação e a apropriação do espaço. Além disso, o centro desenvolverá

ações e estratégias de mobilização, integração e acolhimento dessas crianças e adolescentes, de modo a garantir a participação efetiva e também a permanência daqueles que mais necessitam do apoio e das atividades ofertadas no local.



Buscando a aceitação e respeito ao equipamento proposto por todos os moradores do bairro, o Centro de Inclusão Social terá uma gestão democrática, com ampla participação da comunidade, das lideranças locais, e principalmente das próprias crianças e adolescentes que frequentam o local. Nos horários de não funcionamento do Centro, como nos finais de semana por exemplo, a estrutura poderá ser disponibilizada para o desenvolvimento de atividades e programas especiais para a comunidade de modo geral.



A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO CENTRO

As atividades desenvolvidas no Centro de inclusão social serão pautadas no que é chamado de Educação Social ou Educação não-formal. Este tipo de educação busca levar ao educando, em especial aqueles que se encontram desfavorecidos pela sociedade, a conscientização e a problematização da sua situação social, de modo que os mesmos possam vir a interferir no vigente contexto social carregado de injustiças e desigualdades sociais no qual se encontram, e caminhar rumo a sua própria libertação. (NATALI, PAULA E SOUZA, 2011)

Esse tipo de educação ocorre através de práticas que surgem das necessidades e interesses do próprio indivíduo ou grupo trabalhado, privilegiando o aspecto criativo, não objetivando a avaliação da aprendizagem e estabelecendo uma relação prazerosa com o ensino. Essas práticas podem envolver segundo Gohn (2009, p. 04):

[...] A aprendizagem política dos direitos do indivíduo enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem os indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor, etc. [...]

Esse tipo de educação geralmente se desenvolve fora do ensino formal, ou seja, fora das escolas, em organizações sociais como o Centro de inclusão Social proposto, movimentos, e programas de formações sobre direitos humanos, cidadania, práticas de identidade, lutas contra desigualdades sociais e exclusões sociais. Isso ocorre porque esse tipo de ensino age de forma contrária ao ensino oferecido nas escolas, que busca acomodar os alunos ao contexto social vigente, ao invés de ajuda-los e incentiva-los a desenvolver a sua autonomia e o seu senso crítico. É importante esclarecer, no entanto, que a educação social não deve ser vista como uma alternativa ou algo contrário a educação formal, e escolar, mas sim como um complemento e também como uma forma de crítica ao ensino e a educação vigentes atualmente no Brasil. (GOHN, 2009)

Um dos principais contribuintes da educação social, ainda que em seus livros utilize o termo educação popular foi Paulo Freire. Essa diferenciação, resulta do fato de que ao longo do tempo o termo educação popular foi sofrendo variações, até se tornar o termo educação social que temos hoje. Um dos livros mais famosos de Paulo Freire, no qual ele discorre sobre o assunto, é intitulado "A Pedagogia do Oprimido".



